



CONFLITO DA FACULDADE FILOSÓFICA COM A
FACULDADE DE DIREITO SOB A ÓTICA DO MÉTODO
DE ANÁLISE E SÍNTESE

Fábio César Scherer *

RESUMO

A problemática a ser desenvolvida consiste na investigação do texto de Kant *O conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito*, presente no livro *O conflito das faculdades*, sobre a ótica da antiga geometria. O fio-condutor do texto é o conceito de melhor e o mecanismo de análise empreendido é o método de análise e síntese.

PALAVRAS-CHAVE: Kant. Filosofia da História. Geometria. Método de Análise e Síntese.

ABSTRACT

The problematic to be developed consists in investigation of Kant's text "The conflict between the philosophical faculty and the right's faculty" which is in the book "*The conflict of the faculties*", about the geometry analytic optic. The conductor wire of the text is the concept of the best and the mechanism of analyses used is the method of analysis and synthesis.

KEY-WORDS: Kant. History of philosophy. Geometry. Method of analysis-synthesis.

* Doutorando em Filosofia sob orientação do Prof. Dr. Zeljko Loparic do Departamento de Filosofia da *Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP*.

Introdução

A presença da filosofia kantiana no pensamento contemporâneo é freqüente, sobretudo, no terreno epistemológico. Assim sendo, é inegável a sua importância na história da filosofia, bem como a necessidade de seu estudo para a compreensão das raízes de muitas correntes filosóficas ora vigentes. Por outro lado, a análise da filosofia de Kant se justifica por si própria por sua originalidade e profundidade.

Nossa finalidade é investigar, em primeiro lugar, a viabilidade da aproximação de Kant aos antigos geômetras, para tanto, exporemos as divisões do método analítico e sintético, confrontando-as com algumas passagens das obras kantianas (*Prolegômenos*, *Dissertação de 70* e *Crítica da razão pura*); em segundo lugar, buscar fazer corresponder às divisões pappusianas deste método aos diferentes momentos do texto supracitado.

1. Análise da geometria grega¹

A descrição do método analítico e sintético encontrada no livro *Collectio*, de Pappus, segundo estudiosos do assunto, é o que há de mais completo dentre as remanescentes descrições antigas do método². Desta maneira, tomemos este relato como ponto de partida na elucidação da origem, do significado e da verdadeira prática do método dos antigos geômetras:

¹ Utilizaremos como material de apoio as considerações feitas por Hintikka e Remes em *The method of analysis*, bem como as observações realizadas por Loparic em sua tese de doutorado *Scientific problem-solving in Kant and Mach* e em sua tese de livre-docência *The method of analysis in Kant's speculative philosophy*.

² A passagem é reconhecida, entre outros, por Hintikka e Remes (1983, p. 29); Robinson (1983, p. 7).

A *análise* é o caminho a partir do que é procurado – considerado como se fosse admitido – passando, na ordem, por seus *concomitantes* (*akólouthon*, usualmente traduzido como “conseqüências”), até algo admitido na síntese. Pois na *análise* supomos o que é procurado como se já tendo sido feito e investigamos aquilo a partir do qual esse algo resulta, e de novo qual é o antecedente deste último, até que, no *nosso caminhar para trás*, alcancemos algo que já é conhecido e é primeiro na ordem. Chamamos tal método de *análise*, por ser uma *solução de trás para diante*. Na *síntese*, por outro lado, supomos já feito aquilo que na análise foi por último alcançado e, arranjando em sua ordem natural, como conseqüências aquilo que antes eram antecedentes, e ligando-os uns aos outros, chegamos no final à construção daquilo que é procurado. E a isso chamamos *síntese*. Há duas espécies de análise. Uma procura a verdade, sendo chamada *teórica*. A outra serve para executar o que se desejava fazer, e essa é chamada *problemática*. Na espécie teórica, supomos a coisa procurada como existente e verdadeira, e então passamos na ordem por seus concomitantes (conseqüências), como se fossem verdadeiros e existentes por hipótese, até algo admitido; então, se aquilo que é admitido é verdadeiro, o que é procurado é também verdadeiro, e a demonstração será o inverso da análise. Porém, se chegamos a algo que seria falso admitir, o que é procurado será também falso. Na espécie problemática, supomos o que é desejado como sendo conhecido e então passamos, na ordem, por seus concomitantes (conseqüências), como se fossem verdadeiros, até algo admitido. Se a coisa admitida é possível ou pode ser feita, isto é, se ela for o que os matemáticos chamam de dado, a coisa desejada será também possível. A demonstração será novamente o inverso da análise. Mas se chegamos a alguma coisa impossível de admitir, o problema será também impossível (Hintikka e Remes, 1983, p. 29-28). (Os itálicos são nossos).

Podemos dividir esse *locus classicus* em três momentos. No *primeiro momento*, encontramos uma descrição geral da análise, mais precisamente, de um conjunto de instruções metodológicas que parte daquilo que é colocado como problema ou teorema inicial e que nos ordena, em seguida, a investigá-lo para encontrar as condições para a sua solução ou para a sua prova. O *segundo momento* refere-se à descrição da síntese, em outras palavras, ao procedimento que realiza o movimento inverso da suposta seqüência retrodutiva peculiar à análise. Por fim, no *terceiro momento*, deparamos com a descrição particularizada da análise nos seus dois tipos: a teórica e a problemática. No primeiro tipo, *aquilo que é buscado* (*zetoumenon*) é uma proposição na qual a verdade precisa ser provada. No segundo tipo, *aquilo que é buscado* é uma figura cuja construção é necessária para que seja mostrada a sua possibilidade³.

Diante da relativa escassez, na literatura da Antigüidade, da descrição do método de análise e síntese, dificultando, assim, a elucidação de passagens problemáticas através da leitura paralela e comparativa, abriu-se margem às mais variadas interpretações. Convém, tendo em vista o propósito de compreendermos a metodologia de Kant na elaboração do texto *O conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito* e de reconhecermos linha interpretativa desse texto, destacar as principais leituras feitas do método e acompanhar, mesmo que sinteticamente, a argumentação destas, podendo, assim, avaliar a sua plausibilidade.

³ Para uma discussão entre a análise teórica e a problemática, consulte Heath (1956, p. 124-129) e Knorr (1986, p. 348-360).

1.1 *Interpretações do método analítico e sintético*

As imprecisões presentes no relato de Pappus suscitaram pelo menos três grandes questões na interpretação do procedimento analítico e sintético, a saber, a questão sobre a direção da análise, a que trata de seu caráter proposicional ou construcional e a que levanta dúvidas sobre a descrição de um único método ou de duas formas distintas dele. Vale apontar que elas surgem a partir da descrição da análise contida no *primeiro* e no *terceiro* momento do texto, segundo a divisão acima posta.

Há quatro interpretações centrais sobre a direção da etapa analítica. A primeira, representada por Heath, Duhamel, Mahoney e Zeuthen, sustenta que as etapas analíticas e sintéticas são dedutivas (sentido lógico, não cartesiano), sendo a análise descendente e a síntese ascendente. A segunda, apontada por Cornford, defende o caráter (exclusivamente) ascendente da análise e sua natureza não dedutiva. A terceira é a leitura plurimetodológica defendida por Gulley. Para Gulley, Pappus desenvolve duas abordagens do método. A parte I, descrição da etapa analítica em si, favorece a leitura de Cornford e a parte III do relato pappusiano, referente à análise teórica e problemática, privilegia a abordagem tradicional. Por fim, Hintikka e Remes retomaram em termos a posição tradicional, afirmando que o método analítico e sintético dá-se por meio de regras lógicas e, além disso, sugeriram ainda a compreensão da etapa analítica como uma “análise de configurações” (no caso da geometria, de “análise-de-figuras”) e que a análise é ascendente. Seguiremos, em linhas gerais, esta última interpretação.

A problemática acerca do sentido direcional da análise tem origem, apoiando-nos em Hintikka e Remes, na

ambigüidade da expressão “*akólouthon*”. Este termo nos impede de determinar precisamente se a análise consiste em *descer* em busca de conseqüências lógicas, isto é, se ela é um movimento que acompanharia a direção das *inferências lógicas*, ou se consiste em *subir* à procura de antecedentes do pressuposto inicial, ou seja, se ela traça uma trajetória que parte daquilo que é buscado para dele retirar antecedentes, como atesta a expressão “solução para trás”.

Os estudiosos pertencentes ao primeiro e ao segundo grupo de intérpretes (acima posto) têm contribuído mais significativamente na discussão da direção da análise, visto que o terceiro busca englobar ambas, pecando assim, por não conseguir conciliar as diferentes partes da descrição de Pappus. Cornford (segunda leitura), ao interpretar a expressão *akólouthon* como “seqüências lógicas”, reconhece que os passos da análise são apresentados temporal e não logicamente, de modo que a análise passa a ser mais um procedimento intuitivo do que dedutivo. A sua tese de apoio principal é a de que há uma impossibilidade lógica que afeta a plausibilidade da posição da análise como movimento descendente, presente na interpretação do termo *akólouthon* como “conseqüência lógica”, a saber, “se temos que *p* implica *q*, não se segue daí que tenhamos que *q* implique *p*” (Hintikka e Remes, 1974, p. 12). Os defensores da análise como movimento *descendente* (grupo tradicional), por sua vez, atestam que as implicações devem ser encaradas como *recíprocas* e as apresentam como único caminho de garantia da conversibilidade do processo metodológico em virtude da síntese. Em outros termos, buscam-se equivalências e não conseqüências.

Seguindo a análise realizada por Hintikka e Remes, observamos que todas as questões em torno da direção da

análise acabam reduzindo o escopo das investigações a um âmbito meramente lógico. Assim sendo, a busca de solução para o problema direcional da análise nos conduz a uma segunda problemática, qual seja, a do caráter proposicional ou construcional do método analítico e sintético. Em síntese, ao restringirmos o método às questões lógicas estamos tratando-o ou sob um ângulo proposicional ou sob um ângulo construcional. Cabe lembrar que essa problemática fomentou uma interpretação equivocada do método dos antigos geômetras, principalmente, na Idade Média. Trata-se de uma leitura *proposicional* do método, incentivada, provavelmente, pelo uso da expressão aristotélica “*analítica*” nos *Segundos Analíticos*.

A solução para tamanho impasse vem justamente de onde tais problemáticas se formam, ou seja, na tradução da expressão *akólouthon*. Segundo Hintikka e Remes, o termo se ajusta melhor à expressão “concomitante” ou “aquilo que caminha junto com”, preservando, assim, o caráter ascendente da análise:

Queremos sugerir que *akólouthon*, na descrição pappusiana de análise e síntese não significa *conseqüência lógica*, mas é um termo muito vago para algo próximo de “*corresponde a*”, ou melhor, “*o que caminha junto com*” a conclusão desejada nas premissas a partir das quais essa conclusão pode ser deduzida [...]. Daí nossa tradução “*concomitante*” ao invés da tradução usual “conseqüência” (Hintikka e Remes, 1974, p. 14). (Os itálicos são nossos).

Para fornecer uma base de sustentação a tal tradução esses estudiosos utilizaram elementos internos e externos do texto de Pappus. Os elementos internos são: a) a expressão *akólouthon* é sempre empregada na descrição do movimento

ascendente da análise; b) o confrontamento com uma outra passagem do *Collectio*, de Pappus: “[...] quem propõe um teorema, não importando como dele se tornou conhecedor, deve determinar a investigação daquilo que ‘caminha junto com’ o teorema nos axiomas, e que de nenhum outro modo poderia ele propor corretamente o teorema” (*Ibid.*, p. 14); e, por fim, c) a justificação na exposição da análise teórica, presente no comentário de Pappus, de que não só a coisa buscada, mas a consequência deve ser “considerada como existindo e como sendo necessária”, advertência esta desnecessária, caso estivesse aí se referindo a *akólouthon* como consequência e não como concomitante, uma vez que já é sabido desde Aristóteles que uma inferência dedutiva preserva a verdade. O elemento externo encontra-se apoiado na apreciação etimológica feita por Platão, no *Crátilo*, do termo *akólouthon*, em que traduz por “aquilo que tem o mesmo caminho”. Portanto, assim procedendo, acreditamos, juntamente com Hintikka e Remes, que estamos reenviando o método analítico ao berço dos antigos geômetras, no qual a análise é um movimento *ascendente* e predomina o caráter *construcional*.

A respeito da terceira ambigüidade, incerteza quanto ao termo “análise”, temos de considerar que Pappus não faz uma descrição isolada do método, mas, sim, uma descrição do método de análise e síntese, pois, do contrário, estaria descaracterizando o “verdadeiro” método (cf. Hintikka e Remes, 1974, p. 17). No relato descrito acima, Pappus utiliza no “primeiro momento” a palavra “análise” para referir-se à metade do método geométrico inteiro e no “terceiro momento” para remeter ao método como um todo. A fim de evitar equívocos adotamos a expressão *método combinado* ou ainda a denominação das duas etapas envolvidas (análise e

síntese) para nos referir ao método inteiro e a expressão *análise* para descrever o primeiro movimento.

Tendo circunscrito as principais obscuridades presentes no relato pappusiano do procedimento analítico e sintético, passemos à exposição das etapas deste método. Podemos dividi-lo em três momentos: primeiro, a *enunciação*⁴, subdividida em: dados iniciais do teorema ou da solução do problema – *dedomena*-, a coisa a ser buscada – *zetoumenon* – e a instanciação da coisa buscada – *ekthésis*; segundo, a *análise*, que se divide em duas etapas: a *estrita* (transformação), onde se assume a coisa buscada como verdadeira (possível/real) e investigam-se as suas condições, e a *resolutiva*, responsável por provar a verdade das proposições encontradas ou a legitimação das construções feitas; e terceiro, a *síntese*, que abriga também dois movimentos: a *construção*, na qual a coisa buscada é realmente construída e legitimada pela etapa analítica, e a *prova*, em que efetivamente se soluciona a coisa buscada.

O método advindo dos antigos geômetras abrangeu, no decorrer da história da matemática, três diferentes campos. Originariamente, o método combinado, de acordo com a descrição de Pappus, referia-se somente às entidades geométricas. A primeira generalização iniciou com Diofanto, consolidando-se com Viète e com Descartes. Trata-se da introdução das *espécies* para o campo de aplicação do método analítico e sintético, de sorte que o método passou a ser aplicado tanto à geometria como à álgebra. A generalização feita por Descartes do método combinado para as grandezas

⁴ A enunciação não se encontra presente no relato de Pappus. Ela é mencionada por Proclus numa citação de Thomas Heath na introdução dos *Elementos* de Euclides (p. 129).

em geral⁵, acompanhando a álgebra moderna, é elaborada nas *Regras para a direção do espírito* e constitui o núcleo da idéia cartesiana de *mathesis universalis*, a qual, por sua vez, é peça principal da construção da nova ciência, segura e confiável.

É de inteira iniciativa cartesiana a “universalização” do método dos antigos geômetras. Nesta segunda generalização, o método combinado assume, além dos elementos geométricos e algébricos, as proposições. Este fato ocorre em Descartes a partir do *cogito*. Em síntese, o procedimento analítico e sintético passa a operar de proposições para proposições⁶, obviamente, incluindo ainda as figuras e as espécies. Portanto, Descartes não faz apenas uso do método advindo dos antigos geômetras, repassado por Pappus e Diofanto, mas vai além destes, ao *generalizar* o método de análise, primeiro, para os elementos algébricos, segundo, para *além* das disciplinas matemáticas, utilizando-o em outros campos do saber, ao contrário dos gregos. Desta forma, Descartes é responsável por *readaptar* o método analítico sem se renegar como descendente. Vale notar que o autor auxilia no renascimento do método dos antigos geômetras, juntamente com outros pensadores dos séculos XVI e XVII, e que este método passa a se tornar uma presença marcante na construção do pensamento moderno, como ocorre no caso de Kant.

⁵ Conforme Loparic, a generalização do procedimento dos antigos gregos a todos os objetos medidos e ordenados indica também a abertura do método para todos os objetos da ciência natural. Cf. Loparic (p. 140).

⁶ Exemplos típicos da “universalização” do método combinado são as duas provas da existência de Deus. Uma realizada pela via analítica, ou seja, provada pelos efeitos, presente nas *Meditações*, e a outra pelo procedimento sintético, denominada de ontológica, exposta nas *Respostas às segundas objeções*.

1.2 Kant e o método dos antigos geômetras

Com a finalidade de averiguarmos a plausibilidade da aproximação de Kant aos antigos geômetras, assim como o sucesso de nossa empresa, lançamos mãos a algumas evidências textuais identificadas por Hintikka, para quem, “Kant não é senão um herdeiro do sentido construcional”, e por Loparic. Vale salientar que há uma certa dificuldade na identificação das influências do método analítico e sintético nos textos de Kant, dada a não elaboração de uma teoria geral do método utilizado em sua filosofia. Desta forma, as passagens que comprovam a utilização do método dos antigos geômetras se encontram espalhadas em suas obras. Uma delas pode ser encontrada nos *Prolegômenos*:

O método analítico, na medida em que é oposto ao sintético, é algo muito diferente de um agregado de *proposições analíticas*. Isso quer dizer que começamos do que está sendo buscado como se já fosse dado, e subimos às condições sob as quais isso é possível. Nesse método usamos freqüentemente apenas proposições sintéticas, como no exemplo da análise matemática, e talvez seja melhor chamá-lo de *método regressivo*, em distinção ao método sintético ou *progressivo* (Kant, 1980, p. 22). (Os itálicos são nossos).

Kant, sem dúvida, é conhecedor das características do método dos antigos geômetras, como deixa clara a divisão análoga feita aos dois movimentos principais que compõem o método de análise e síntese, a saber, método regressivo e progressivo. Além disso, as afirmações “começamos do que está sendo buscado” e “subimos as condições” de sua possibilidade não negam a semelhança ao relato pappusiano. Outro elemento que deve ser levado em conta na passagem

citada é a distinção, que Kant faz questão de frisar, entre o *método* analítico e sintético e as *proposições* analíticas e sintéticas. As últimas constituem os conteúdos sobre os quais o método estará operando, e elas se diferenciam à luz do sujeito e do predicado. As proposições analíticas são aquelas em que o predicado encontra-se incluso no sujeito, de modo que o primeiro não traz nada de novo. Por outro lado, as proposições sintéticas são aquelas em que o predicado não se encontra incluso no sujeito, trazendo, assim, uma nova informação, um novo conhecimento. Neste sentido, vale destacar que o procedimento de análise é formado predominantemente por proposições sintéticas, tendo em vista que é um procedimento de descoberta, de busca, contudo, possui também proposições analíticas.

Em outra passagem dos *Prolegômenos*, encontramos uma referência, ainda que tímida, ao método combinado na organização de seus escritos:

Na *Crítica da razão pura* procurei tratar desta questão (é, em geral, possível a Metafísica) sinteticamente, ou seja, pesquisando na própria razão pura e procurando determinar nesta mesma fonte os elementos bem como as leis de seu uso puro segundo princípios [...] Os *Prolegômenos* devem servir, ao contrário, de exercício preliminar; devem ser mais para mostrar o que se tem a fazer para trazer à realidade uma ciência, onde for possível, do que tentar expô-la. Eles devem [...] remontar às fontes que ainda não se conhecem [...]. O procedimento metódico dos *Prolegômenos*, principalmente daqueles que devem preparar para uma futura metafísica, será, portanto, *analítico* (Kant, 1980, p. 20-21). (Os itálicos são nossos).

Temos aqui dois tipos de movimento. Por um lado, há uma transição do todo até as suas partes – *Prolegômenos* – e, por outro, há uma transição das partes ao todo – *Crítica da razão pura*. O primeiro é visto como um *método heurístico*, uma vez que é útil para “mostrar o que se tem a fazer para trazer à realidade uma ciência” e, o segundo, sintético, serve para a exposição da ciência descoberta na análise. Tais procedimentos estão em sintonia com o relato pappusiano e evidenciam que a nossa proposta, analisar a estrutura metodológica do texto *O conflito da faculdade de filosofia com a faculdade de direito*, não é irrisória, mas sim, plausível. A fim de reforçarmos a afirmação feita, citemos ainda uma passagem⁷ extraída da *Dissertação de 70*:

As palavras *análise* e *síntese* têm comumente uma dupla acepção. Na acepção *qualitativa*, a síntese é uma progressão dentro da série de *subordinadas*, da condição ao condicionado; na acepção *quantitativa*, ela é uma progressão dentro da série

⁷ Há outras passagens identificadas por Loparic e Hintikka e Remes, entre elas, destacaremos duas. A primeira extraída da *Crítica da razão pura*: “numa representação sistemática daquelas idéias (Deus, liberdade e imortalidade), a referida ordem seria, enquanto sintética, a mais conveniente; mas na elaboração que necessariamente deve precedê-la, a ordem analítica, que inverte a anterior, será a mais adequada, a fim de realizar completamente o nosso grande projeto, capacitando-nos a começar daquilo que é imediatamente dado na experiência” (Kant, 1980, 395 n). A segunda, encontrada na *Lógica Transcendental*: “o método analítico é também chamado de método de descoberta (*Methode des Erfindens*). Para o propósito da popularidade, o método analítico é mais adequado; para o propósito da elaboração científica da cognição, porém, o mais adequado é o método sintético [...]. O método analítico é oposto ao método sintético. O primeiro começa com a condicional e com o que é fornecido e continua em direção aos princípios; o último vai dos princípios às conseqüências, ou do simples ao composto” (*apud*. Loparic, 1982, p. 29).

de *coordenadas*, da parte, para seu complemento, no todo. Simetricamente, a análise, no primeiro sentido, é uma regressão do *condicionado à condição*; no segundo, *do todo* às suas partes possíveis ou mediatas, isto é, às partes de suas partes; e assim ela não é a divisão, mas a subdivisão do composto dado (Kant, 1980, parágrafo 1 n).

As acepções atribuídas à análise e à síntese, a saber, a *qualitativa* – respectivamente, passagem das conseqüências ao fundamento e vice-versa – e a *quantitativa* – respectivamente, transição dos “compostos” aos “ingredientes” e vice-versa – correspondem, na mesma ordem, a descrição de Pappus da subdivisão do método de análise e síntese em teórica e em problemática. É na acepção quantitativa, relacionada a esta última espécie de análise, que se procura os elementos para realizar “o que era desejado ser feito”, na qual a coisa buscada não é proposicional, porém uma figura geométrica. Vale aqui ressaltar que Kant não se vale somente do tipo de prova proposicional ou do tipo construcional, pois ambos são necessários, já que o que se quer não é apenas a *prova de proposições*, mas também a solução de um determinado *problema*.

2. Introdução ao texto de 1798

A obra *O conflito das faculdades*, publicada em 1798, divide-se em três partes: a) o conflito da faculdade de filosofia com a teológica, b) o conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito, c) o conflito da faculdade filosófica com a faculdade de medicina. Essa divisão corresponde ao conflito da faculdade inferior, filosofia, com as três faculdades superiores, ordenadas pelo grau de interesse do governo, respectivamente, a teologia, o direito e a medicina. Esse

conflito das faculdades⁸, segundo Kant, se dá porque cada uma das faculdades busca influenciar o povo no que tange ao fomento do seu bem-estar (como o objetivo de ser considerada a melhor), opondo-se entre si para alcançar este fim. Iremos nos deter no texto *O conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito*. Nosso objetivo é argumentar que este texto contém características metodológicas similares às aquelas encontradas nas divisões e subdivisões do método combinado.

A faculdade de direito tem como finalidade preservar os bens contingentes mediante leis públicas⁹. A faculdade de filosofia, por sua vez, tem como objetivo a liberdade; ocupando-se, assim, do que o homem pode e deve acrescentar ao seu lado, por exemplo, viver *honestamente*, não fazer *mal* a ninguém, comportar-se com *temperança* no gozo e com *paciência* nas doenças, etc. Neste sentido, cabem aos juristas “determinar a constituição e aos filósofos dizer se ela é boa ou mal”. O conflito entre ambas pode ser sintetizado na questão: Como é possível uma história *a priori*? Essa questão, realizada pela razão pura, pode ser resolvida na forma de pergunta pelo progresso: A humanidade está em constante progresso para o *melhor*? Vale salientar que *melhor* é aqui entendido enquanto “melhor constituição”, ou seja, este melhor é definido juridicamente (melhor da “razão” e não referente ao aspecto biológico).

⁸ Os conflitos das faculdades superiores com a inferior podem se apresentar de duas formas: ilegal, quando a faculdade superior não deixa a faculdade inferior utilizar a publicidade para a exposição do conflito e, legal, quando a exposição pública é uma “vertente para a verdade”.

⁹ Em outras palavras, a faculdade de direito vem satisfazer a necessidade de saber o que é meu e o que é seu. Desta maneira, apresenta-se a necessidade de uma constituição a fim de garantir a igualdade e a justiça para todos.

Vale salientar que Kant¹⁰ distingue a história propriamente dita da “história do mundo” (*Weltgeschichte*). A primeira, disciplina do entendimento, é composta apenas empiricamente; a segunda, discurso sobre o sentido necessário da história, por sua vez, possui, de uma certa maneira, um fio-condutor *a priori*. Ela é o projeto de “redigir uma história (*Geschichte*) segundo uma idéia de como deveria ser o curso do mundo, se ele fosse adequado a certos fins racionais” (Kant, 1784 *apud*. Terra, 1995, p. 156). O texto *O conflito das faculdades* é desenvolvido de acordo com esta última concepção de história.

Considerando que nosso objetivo ao utilizar o método combinado não se remete à construção de um objeto da matemática qualquer, mas se refere às questões filosóficas, faz-se necessário que haja uma adequação do conceito matemático às peculiaridades das questões filosóficas enfrentadas. Nessa perspectiva, é preciso determinar o que é um *objeto da experiência* possível. Segundo Kant, se um conceito qualquer “está em conexão com as condições formais da experiência, seu objeto é chamado de possível” (Kant, 1980, p. 286), ou seja, um juízo é possível se ele pode ser verdadeiro ou falso em relação a um conjunto de objetos, e para que se

¹⁰ A filosofia da história do século XVII é marcada pelo confronto entre a concepção linear de história e a cíclica (Antiga Grécia). Segundo grande parte da bibliografia secundária, a noção linear de história surge com o judaísmo e é desenvolvida pelo cristianismo, principalmente por Agostinho em *Cidade de Deus*. Mais tarde, esta concepção linear é retomada com Kant. Ambos pensadores têm como elemento chave para pensar o progresso na história o antagonismo, todavia, sob perspectivas distintas. Para Kant, o antagonismo encontra-se na concepção do homem – os conflitos entre as tendências diversas em cada homem e dos homens entre si – e, em Santo Agostinho, o antagonismo está presente na relação do secular e do divino. Cf. Terra, 1995, p. 139-172.

adquira conhecimento de um objeto é preciso que haja contato efetivo com o objeto. Essa descrição kantiana harmoniza-se com o relato de Pappus por ser o resultado de procedimentos tanto conceituais (discursivos) como construcionais (intuitivos).

Cabe acrescentar aos objetos possíveis as *proposições* que podem ser verdadeiras de acordo com um modelo cujos elementos do domínio são os objetos possíveis. Deste modo, a concepção de *objeto possível* permite: a) reconduzir as proposições sintéticas *a priori* a sua origem “presumível”, ou seja, compreender que a pergunta pela possibilidade das proposições sintéticas *a priori* é o questionamento pelas condições de determinação da verdade e da falsidade referente a um modelo construído no domínio dos objetos possíveis; b) determinar os *limites do uso especulativo da razão*, impedindo-a de ultrapassar o território de atuação dos objetos possíveis; c) levando em consideração o aspecto anterior, definir o campo de investigação do filósofo especulativo, ou seja, a classe de problemas sobre os objetos possíveis passa a ser igual à *classe dos problemas solúveis* na filosofia especulativa. Evita-se, assim, o confronto com os problemas insolúveis (por exemplo, Deus, liberdade, imortalidade), isto é, objetos impossíveis – objetos que estão além dos limites da experiência sensível. Portanto, “o método de análise e síntese só pode ser aplicado a juízos sintéticos *a priori* que podem ser supostos objetivamente válidos (verdadeiros)” (Loparic, 1999, p. 18).

Esclarecidos estes aspectos, podemos iniciar a leitura do texto *O conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito* sobre a ótica do método analítico e sintético, buscando, assim, fazer corresponder os passos metodológicos às principais

passagens do texto. Vale salientar que utilizaremos o método de análise e síntese do tipo *teórico*, uma vez que aquilo que é buscado é uma proposição cuja a verdade precisa ser provada.

2.1 *A investigação da metodologia kantiana à luz da geometria grega*

Os dados iniciais, ou seja, *dedomena* apresentados por Kant no texto supracitado são: a) exige-se um fragmento da história da humanidade do futuro, portanto, de uma história pré-anunciadora; b) este fragmento da história tem de ser de cunho moral; c) este por sua vez, deve abarcar todos os homens (*universorum*) e não apenas o conceito do gênero (*singulorum*) – diga-se de passagem, que o conceito *todo* aqui utilizado refere-se a *todos os que estão reunidos à vontade de formação de uma constituição*; d) essas condições (destacado no item *a, b e c*) podem ser alcançadas por intermédio de uma história divinatória do que está iminente no futuro, ou seja, enquanto descrição *a priori* dos eventos que então devem acontecer e, por fim, e) a história *a priori* é possível “se o próprio adivinho *faz* e organiza os eventos que previamente anuncia” (Kant, 1993, p. 96). Vale ressaltar quanto a este último item, que Kant o aborda, em um primeiro momento, em termos individuais e que ele possui uma espécie de circularidade, dado que quem *diz* o futuro *faz* com este ocorra. Nesta perspectiva, o adivinho não acrescenta nada de absolutamente novo, mas apenas “o que cada homem possui em si como fonte de dignidade, o dever incondicional de realizar o fim se sua razão” (Herrero, 1991, p. 138). Há que se dizer que a previsibilidade não anula a liberdade, uma vez que o problema do homem encontra-se no caráter opaco das intenções e na vontade como mal radical.

A coisa buscada – *zetoumenon* – é responder a questão: *Como é possível uma história a priori?* Isto é, de que forma pode-se afirmar que existe uma história feita pela razão pura, portanto, uma história sem a presença de elementos da experiência? Como mencionado anteriormente, esta problemática pode ser resolvida por uma outra questão, a saber, *estará o gênero humano em constante progresso para o melhor?*

Na instanciação do que é buscado – *ekthésis* – Kant fornece três exemplos buscando provar a possibilidade de se construir uma história *a priori* quando *se advinha o que se faz e se organiza*: primeiro, os profetas judeus que preveram a sua própria decadência; segundo, os políticos ao buscarem encontrar os homens como eles são e não como “benévolos fantasistas”; e, terceiro, os eclesiásticos ao preverem o colapso da religião e a iminente aparição do Anticristo.

Tendo apresentado a enunciação, passamos ao primeiro grande movimento do método combinado: a *análise*. Na etapa da *transformação* considera-se, primeiro, o problema como existindo e sendo possível e, segundo, investiga-se as suas condições de possibilidade. A primeira etapa corresponde à consideração de que é possível uma história *a priori* a partir do “postulado”: “se o próprio adivinho faz e organiza os eventos que previamente anuncia”, em outras palavras, considera-se que *há, houve, haverá* progresso da humanidade para melhor. Cabe investigar agora as condições de possibilidade destas afirmações.

Neste sentido, o primeiro passo de Kant é identificar e analisar os tipos possíveis de predição. Três são os tipos de predições encontrados: primeiro, o gênero humano está em incessante regressão para o pior – *terrorismo*; segundo, o gênero

humano está em constante progresso para o melhor na sua determinação moral – *eudemonismo*; terceiro, o gênero humano está em eterna *detença* no estágio atual – *abderitismo*. Ao analisar cada predição isoladamente, Kant constata que os três casos são insustentáveis. No caso do terrorismo, porque teria como fim o aniquilamento; o eudemonismo, porque o efeito não pode ser maior que a causa, ou seja, tendo em vista que o bem e o mal permanecem sempre na mesma disposição, não se pode afirmar que a quantidade de bem pode aumentar na disposição; e o abderitismo, porque a sua conseqüência seria a inércia, uma atividade vazia.

O segundo passo consiste na investigação do mecanismo, ou melhor, do ponto de vista que possibilitaria realizar com sucesso uma história *a priori*. Neste sentido, investiga-se primeiro a possibilidade de resolver imediatamente o problema do progresso pela *experiência*. Constata-se que somente por ela não se conhece, uma vez que os homens são livres – “aos quais se pode, porventura, *ditar* de antemão o que devem *fazer*, mas não *predizer* o que *farão*” (Kant, 1993, p. 99) – podendo, assim, mudar o rumo das coisas. Deixa-se aqui uma lacuna, ou seja, que talvez o caminho para responder a pergunta – se a humanidade estará em constante progresso para o melhor – esteja associada à experiência (evento sensível). Em seguida, investiga-se o ponto de vista da observação divina (providência), mas também se constata a sua inviabilidade, dado que carece da conexão segundo as leis da natureza, impossibilitando de predizer o futuro. A terceira possibilidade cogitada é a suposição de que se o homem fosse dotado de uma vontade boa inata poderia ocorrer à progressão da sua espécie para melhor. Contudo, cabe advertir que devido à mistura presente de mal e bem, em si, ser desconhecida, não

se pode ter uma certeza quanto ao resultado. Encerra-se, deste modo, a investigação das condições de possibilidade da confirmação de uma história *a priori* sobre a ótica do *ponto de vista a ser dotado* ou mecanismo.

O terceiro passo, correspondente o tópico quinto do texto em estudo, consiste na passagem do adivinho que organiza os acontecimentos que prevê (“postulado” em termos individuais) para a busca de uma característica no gênero humano (“todos que estão interessados na formação de uma constituição”) que possa garantir que ele mesmo seja a causa do progresso: “deve ocorrer (no gênero humano) qualquer experiência que, enquanto evento, indica uma constituição e aptidão suas para ser *causa* do progresso para o melhor e (já que tal deve ser o ato de um ser dotado de liberdade) seu *autor*” (Kant, 1993, p. 100). Deste modo, é possível pensar no “desenvolvimento” da humanidade e assim elaborar uma história *a priori*.

Seguindo esta linha de pensamento, o passo seguinte é buscar dar conta da causa do progresso (cf. *Ibid.*, p. 101). A busca pela causa do progresso, segundo Kant, deve seguir três passos: a) verificar a existência de uma causa desta natureza; b) mostrar que a causa agiu; c) isolar um certo acontecimento. Vale destacar que o acontecimento – o signo de uma causa do progresso – não “representará” somente o passado, mas também o presente e o futuro. Esse acontecimento não pode ser uma grande obra ou um crime importante, pois elas não contêm caráter de universalidade e podem vir a desaparecer. É preciso que neste acontecimento estejam presentes ao mesmo tempo duas características, a saber, a) a participação *universal* – demonstrando um caráter

do gênero humano no seu conjunto; b) a participação *desinteressada* de todos – demonstrando um caráter moral na disposição que, aliás, por ser condição de possibilidade de progressão para o melhor, já constitui tal progressão. Ele (o acontecimento) só pode ser a maneira como o *espectador pensou e expressou as grandes revoluções*. Um dos acontecimentos que provocaram tais manifestações foi a *revolução francesa* (cf. Kant, 1993, p. 102). Entretanto, há que se dizer aqui que o elemento chave para “provar” o progresso não encontra na revolução francesa em si, ou seja, enquanto processo revolucionário, mas sim no que ela *provoca nos espectadores*, a saber, o *entusiasmo*. Este elemento é o responsável – o signo – pelo processo.

A identificação da causa moral que atua constantemente no entusiasmo e a sua análise compreende a segunda etapa do movimento da *análise*, a saber, a *resolução*. O entusiasmo (neste caso) possui um duplo aspecto: primeiro, o direito do povo de formar sua própria constituição civil sem intervenção alheia; segundo, a constituição de um povo é legítima e moralmente boa somente se é capaz de evitar, quanto a princípios, a guerra ofensiva e, segundo Kant, tal constituição não é outra a não ser a constituição republicana. É claro que não se quer afirmar aqui que outras formas de governo não podem alcançar o progresso, mas, simplesmente que, seja qual for a forma de governo deve “tratar o povo segundo princípios conformes ao espírito das leis de liberdade” (*Ibid.*, p. 109), por exemplo, que “um monarca embora reine autocraticamente, governe, no entanto, de forma republicana” (*Ibid.*).

Portanto, o entusiasmo (“aplausos”) advindo da revolução francesa é o sinal do progresso por “não ser outra senão uma disposição moral do gênero humano” (*Ibid.*, p.

102). A participação de todos indica que o entusiasmo é autêntico e o verdadeiro entusiasmo refere-se sempre somente ao *ideal*, isto é, ao puramente moral, e esse é o conceito de direito (cf. *Ibid.*, p. 103).

O passo seguinte dado por Kant corresponde ao segundo grande movimento do método de análise e síntese: a *construção*. Nesta etapa constroem-se efetivamente o *zetoumenon* – a coisa buscada – de acordo com os dados no enunciado e os elementos descobertos e legitimados no movimento analítico. No texto em estudo, esta etapa corresponde ao item sete (história antecipatória da humanidade):

Deve haver no princípio algo de *moral* que a razão apresenta como puro, mas ao mesmo tempo também, em virtude da grande influência e que faz época, como algo que põe diante dos olhos da alma do homem o dever reconhecido e que concerne ao gênero humano no todo da sua união (*non singulorum sed universorum*), cujo êxito conseguido e as tentativas a seu respeito são por ele *aclamados* com tão *universal* e *desinteressada simpatia*. – Esse acontecimento é o fenômeno não da revolução, mas (como se expressa o Sr. Erhard) da **evolução** de uma constituição de *direito natural* que, decerto, não se conquista ainda só ao preço de combates furiosos [...], mas que leva, no entanto, a aspirar a uma constituição que não pode ser belicosa, a saber, a *constituição republicana* [...] (Kant, 1993, p. 104). (Os negritos são nossos).

Como havíamos dito, o sinal do progresso não se encontra na revolução, mas sim no “modo de pensar” que se manifesta em todos os seus espectadores. Trata-se da *evolução* de uma constituição de direito natural, o qual jamais se esquece na história da humanidade, e que se encontra em consonância

com a constituição republicana. Constituição esta em que os que obedecem à lei devem ser, no seu conjunto, os seus legisladores.

Chegamos, assim, ao último passo do método de análise e síntese, a *prova*. Busca-se aqui apresentar a solução efetiva da *coisa buscada* – zetoumenon –, bem como tirar as suas conseqüências. Levando em consideração as condições e a prova de suas possibilidades apontadas na etapa *construtiva* (item *a e b*), Kant declara: “Ora afirmo que posso *prever* ao gênero humano, mesmo sem o espírito de um visionário, segundo os aspectos e os augúrios dos nossos dias, a consecução deste fim e, ao mesmo tempo, a sua progressão para o melhor [...]” (*Ibid.*, p. 105). Vale ressaltar que o adivinho, quer seja entendido enquanto indivíduo, ou quer seja entendido enquanto grupo, prognostica o futuro na exata medida em que depara com um signo de que é causa, portanto, na medida em que é autor da história segundo uma determinação racional do agir.

As principais conseqüências da constatação de que o “gênero humano progrediu sempre para melhor e assim continuará a progredir no futuro”, por tempo indeterminado, a menos que haja uma segunda revolução natural na qual a espécie humana será aniquilada a fim de deixar outras criaturas “entrarem em cena”, são: o aumento da legalidade dos produtos da moralidade em ações de acordo com o dever, independentemente dos motivos causadores, de modo que empiricamente (pelas experiências) perceberemos aos poucos a diminuição da violência por parte dos poderosos, o aumento a docilidade às leis, resultando, assim, uma sociedade mais beneficente, com maior confiança na palavra dada, com uma

diminuição significativa de rixas nos processos, e, por fim, tais efeitos se estenderão aos povos na sua relação recíproca até à sociedade cosmopolita, melhorando, assim, o veículo de transmissão do bem, a publicidade (o seu mau funcionamento é tido como obstáculo para a progressão para o melhor universal).

Antes de dar por acabado o exame das principais passagens do texto supracitado sobre a ótica do método combinado, vale observar qual será a *ordem* em que se deve esperar o progresso para o melhor. A resposta de Kant é simples: “não graças ao curso das coisas de baixo para cima, mas de cima para baixo” (Kant, 1993, p. 110). O motor principal deste progresso advém da *educação*, projetada e posta em ação pelo poder político soberano; entretanto, é necessário que, de tempos em tempos, ocorra uma reforma deste poder político, buscando uma *evolução* a fim de que aconteça um avanço no progresso para melhor. Considerando que a educação é realizada pelos próprios homens, e que estes são de natureza frágil, “deve” se esperar como condição positiva na “Sabedoria do Alto” (providência) e no que se refere às relações entre os homens entre si, em uma sabedoria negativa: na qual tenham a guerra como maior obstáculo da *moral* de maneira que *gradativamente* possam avançar na formação da *constituição*.

Conclusão

Considerando os elementos destacados acima somos levados a afirmar que Kant não somente é um herdeiro do método analítico e sintético, assim como utilizou na elaboração do texto *O conflito da faculdade filosófica com a faculdade de direito* o método dos antigos geômetras. Por outro lado,

concluí-se que Kant consegue responder a questão-chave do texto supracitado, a saber, como é possível uma história *a priori*, por intermédio da pergunta – se o gênero humano está em constante progresso para o melhor –, ao constatar que “quando os indivíduos ou grupos *fazem* o que a opinião pública considera que *deva* acontecer, por razões *a priori*, tornam-se possíveis juízos sintéticos *a priori* da história, de caráter narrativo, que antecipam *a priori* acontecimentos reais como resultados do progresso para o melhor” (Loparic, 2002, p. 21).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADAM, Charles, TANNERY, Paul (eds). (1971-1982). *Oeuvres de Descartes*. Trad. Française (Vol. VI-X. Paris, Vrin).

CORNFORD, F. M. (1932). Mathematics and dialectics in the Republic VI-VII, *Mind* (London, n.º 41), p. 37-52; 173-190.

DIOPHANTE, d' Alexandrie. (1959). *Les six livres arithmétiques et le livre des nombres polygones*. (Paris, Abert Blanchard). (Introduction e notes par Paul ver Eecke).

FRANCIOTTI, Marco Antônio. (1989). *Kant e a análise geométrica grega*. (Campinas, UNICAMP/CLE – dissertação de mestrado).

GIANNOTTI, José Arthur. (1979). Kant e o espaço da história universal, *Discurso* (V. 10. São Paulo, Ciências Humanas), p. 7-48.

GULLEY, Norman. (1983). A análise geométrica grega. Trad. Roberto Lima de Souza, *Cadernos de história e filosofia da ciência* (Campinas, UNICAMP/CLE, n.º 4), p. 16-25.

HEATH, T. L. (1956). *The thirteen books of Euclid's Elements*. Trad. Thomas L. Heath. (Vol. III, New York, Dover Publications).

HERRERO, Javier. (1991). *Religião e história em Kant*. Trad. José A. Ceschin. (São Paulo, Loyola).

HINTIKKA, J. (1991). *Logic, language games and information*. (Oxford, Claredon press).

_____. (1983). A análise geométrica antiga e a lógica moderna. Tradução de Walter A. Carnielli, *Cadernos de história e filosofia da ciência*. (Campinas, UNICAMP/CLE, n. 4), p. 28-47.

HINTIKKA, Jaakko & REMES, Unto. (1974). *The method of analysis*. (Dordrecht/Boston, Publishing Company).

KANT, Imanuel. (1980). *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden. (São Paulo, Abril).

_____. (1980). *Dissertação de 70*. (São Paulo, Abril).

_____. (1992). *Filosofia de la historia*. Trad. Eugenio Ímaz. (México, Popular).

_____. (1993). *O conflito das faculdades*. (Lisboa, Edições 70).

_____. (1980). *Prolegômenos*. Tradução de Tania Maria Bernkopf. (São Paulo, Abril).

_____. (1983). *Werke in sechs Bänden*. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. (Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft).

KNORR, Wilbur Richard. (1986). *The ancient tradition of geometric problems*. (Boston/Basel/Stuttgart, Birkhäuser).

LOPARIC, Zeljko. (2002). A semântica transcendental de Kant. 2. ed. (Campinas, UNICAMP/CLE).

_____. (1999). O fato da razão – uma interpretação da semântica, *Analytica* (Vol. IV, nº 1, jul), p. 13-55.

_____. (2002). O problema fundamental da semântica jurídica de Kant, *O filósofo e a sua história*. Plínio Smith e Michael B. Wrigley (orgs.) (Campinas, UNICAMP/CLE), p. 481-524.

_____. (1982). *Scientific problem-solving in Kant and Mach*. (Dissertation for the degree of doctor of philosophy, Un. Catholique de Louvain).

_____. (1986). *The method of analysis in Kant's speculative philosophy*. (Texto apresentado para a obtenção do título de livre-docente junto ao departamento de filosofia da Unicamp).

MEIRELLES, Agostinho de Freitas. (2002). *História e objetividade em Kant*. (Campinas, UNICAMP/IFCH).

PHILONENKO, Aléxis. (1986). *La théorie kantienne de l'histoire*. (Paris, Vrin).

PÓLYA, George. (1986). *A arte de resolver problemas*. (Rio de Janeiro, Interciência).

ROBINSON, Richard. (1983). A análise na geometria grega, *Cadernos de História da Filosofia e da Ciência* (Campinas, UNICAMP/CLE, Vol. 4), p. 5-15.

SOUZA, Roberto Lima. (1980). O método de análise da geometria grega: a questão do justificacionismo na interpretação dos historiadores da matemática, *Cadernos de História da Filosofia e da Ciência* (Campinas, UNICAMP/CLE, Série 2, 2 [1], jan- jun), p. 67-83.

TERRA, Ricardo R. (1995). *A política tensa: idéia e realidade na filosofia da história de Kant*. (São Paulo, Iluminuras).

VER EECKE, P. (ed.). (1982). *La collection mathématique de Pappus d'Alexandrie*. (Paris, A. Blanchard).

VIÈTE, François. (1983). *The analytic art*. Trad. Richard Witmer. (Ohio, The Kent State University Press).

ZINGANO, Marco Antônio. (1989). *Razão e história em Kant*. (São Paulo, Brasiliense).